

JORNAL ADUNICAMP

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp • Campinas, São Paulo • Ano XVII • Maio/2000

Editorial

Há tempos a universidade pública brasileira está sob ameaça. Desde os anos 80, a queda dos níveis salariais e a deterioração das condições de trabalho de funcionários e docentes vêm sinalizando a crise que ora se abate sobre as nossas instituições públicas de ensino superior. A proposta de reforma universitária do governo federal aponta para a privatização do setor. Limitações orçamentárias forçam as universidades a buscar fontes alternativas de receita, através de prestação de serviços e consultorias a instituições públicas e privadas. Ao mesmo tempo, discute-se a idéia de cobrar mensalidades dos alunos, como mais um meio de angariar receita própria, o que resultará num aprofundamento imediato da elitização do ensino superior. Recentemente, o ministro Paulo Renato, em programa da TV Cultura de São Paulo, afirmou sua intenção de instituir o ensino pago nas universidades públicas, ponderando que isso não é prioridade no momento.

As políticas de privatização do ensino superior não são exclusivas do Brasil. Nos últimos 15 anos, ao mesmo tempo em que a demanda por esse nível de ensino cresceu exponencialmente no mundo, os investimentos públicos permaneceram restritos a patamares baixos. É bastante conhecida a recomendação do Banco Mundial de que a responsabilidade pelo ensino superior na América Latina seja transferida para a iniciativa privada. O *Correio da Unesco* de fevereiro passado traz uma matéria sobre a política da Organização Mundial do Comércio, que defende a flexibilização das instituições de ensino superior no mundo com vistas à abertura para investimentos privados no setor. Nesse contexto, o maior ou menor efeito dessas políticas e até a possibilidade de revertê-las são diretamente proporcionais à capacidade de organização e de luta da comunidade. Eis onde reside a importância do movimento docente.

Ao fecharmos este número do **Jornal Adunicamp**, estavam em curso dois eventos importantíssimos para a defesa da universidade pública: nas universidades estaduais paulistas, estudantes, funcionários e docentes entravam no 16º dia de greve; paralelamente, iniciava-se a campanha nacional para

a eleição da nova diretoria do Andes-Sindicato Nacional.

O movimento grevista das universidades estaduais paulistas é o mais forte desde 1988. Mesmo tendo como reivindicação mais imediata um reajuste salarial de 25% em maio de 2000, essa greve é mais um episódio da luta em defesa da universidade pública. Os salários praticados na Unicamp, USP e Unesp atingiram níveis insuportáveis para funcionários e docentes, pondo em risco a qualidade do ensino e da pesquisa dessas universidades, que estão entre as mais importantes do país.

As eleições para a nova diretoria do Andes, por sua vez, estão marcadas para os dias 23 e 24 de maio de 2000. Fundada em 1981, a entidade reúne atualmente cerca de 95 Ads (sessões sindicais e associações), com aproximadamente 75 mil filiados. Um dos maiores sindicatos docentes do mundo, o Andes trava lutas em defesa da universidade pública em dois níveis. No mais imediato, estão as campanhas contra o arrocho salarial, pelos direitos dos docentes e por melhores condições de trabalho. No mais mediato, as bandeiras são o financiamento estatal para a educação superior pública, a autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a produção de conhecimento científico, tecnológico e artístico comprometido com um projeto de sociedade que se contraponha ao atual modelo sócio-econômico, que aprofunda as desigualdades sociais e a exclusão.

As duas chapas que disputam a diretoria do Andes-SN representam linhas de política sindical distintas no interior da entidade. Ambas têm participação de docentes da Unicamp, o que demonstra o papel desta universidade no aprofundamento do debate sobre os rumos do sindicato. Assim, damos destaque a esse processo eleitoral, lado a lado com a greve das universidades paulistas. Entendemos que somente a participação efetiva dos docentes neste momento pode respaldar a entidade nacional para enfrentar as ameaças à universidade pública, crescentes nos últimos anos. A sucessão no Andes-SN e a greve das universidades públicas do Estado de São Paulo indicam que o movimento docente está se fortalecendo.

Força da greve expõe autoritarismo dos reitores

FOTO: SOLANGE CELERE



Vigília em frente à reitoria da Unicamp reúne centenas de pessoas

A intransigência dos reitores da Unicamp, da USP e da Unesp em atender as reivindicações salariais de docentes e funcionários desencadeou um dos mais importantes movimentos de paralisação envolvendo as três universidades. A última greve conjunta ocorreu em 1996. Neste ano, além de oferecer pífios 7% de reposição salarial e um abono de 28%, os reitores foram omissos. Calaram-se diante da agressão praticada pela Polícia Militar, dia 13 de abril, contra manifestantes que pretendiam acompanhar o desenrolar das negociações que iriam ocorrer no prédio da Secretaria da Ciência e Tecnologia, em São Paulo. E mais, ignoram o comprovado crescimento na arrecadação do ICMS e a folga orçamentária que permite atender à reivindicação de reajuste imediato de 25%, mais 7% ao longo do segundo semestre deste ano.

Págs. 2 e 3

GREVE

Intransigência dos reitores leva docentes à greve

Os reitores da Unicamp, USP e Unesp e seus assessores técnicos empenharam-se nas últimas semanas em demonstrar que as universidades estaduais paulistas não dispõem de recursos para recuperar as perdas salariais de professores e funcionários. Capitularam diante da realidade de crescimento da arrecadação de ICMS. Só no mês de abril, a arrecadação superou a estimativa governamental em 6,5%: R\$ 1,7 bilhão, quando a expectativa era de R\$ 1,596 bilhão.

Nem por isso os reitores arremeteram pé da proposta inicial de aumento de 7% e a concessão de 28% de abono sobre o salário de março. Muito distante da reivindicação do Fórum das Seis, que exige reajuste imediato de 25%, mais 7% ao longo do segundo semestre deste ano e disparo de gatilho quando a inflação ultrapassar 5%. Eclodiu, então, uma forte e coesa greve que, já faz dois anos, vinha se mostrando inevitável diante do descaso com que os reitores vêm tratando a questão salarial. Em 99, nem negociação houve. De forma autoritária, os reitores reuniram-se com o Fórum das Seis apenas para informar a inexistência de reajuste naquele ano. Marcada reunião de avaliação para novembro de 99, transferiram-na para fevereiro de 2000, e depois para a data-base.

Insensíveis ao arrocho imposto a docentes e funcionários, acreditaram que, na data-base, um pequeno reajuste seria aceito pelas categorias. Tiveram de capitular novamente diante

da realidade da greve. Além de se mostrarem insensíveis à questão salarial, os reitores foram omissos quando a Polícia Militar, acionada pelo secretário de Ciência e Tecnologia, José Aníbal, usou de violência para reprimir uma manifestação pacífica, dia 13 de abril.

O secretário mostrou-se despreparado para a democracia e a PM truculenta. Um dos comandantes da operação tomou o microfone de um dos manifestantes, o que gerou um conflito que causou ferimentos em várias pessoas. Os policiais atiraram bombas de gás e efetuaram disparos para o ar. Mais tarde, no interior do prédio, dois sindicalistas foram algemados pela PM, e outros agredidos. O governo demonstrou, naquela truculenta ação, que está despreparado e sem resposta para a grave crise salarial vivida pelos professores e funcionários das universidades estaduais paulistas.

Mobilização

A posição intransigente dos reitores fez recrudescer a mobilização na



FOTO: DANIEL R. GARCIA

PMs retiram microfone e usam spray contra docentes e funcionários

Unicamp, na USP e na Unesp. A greve vem ganhando novos apoios a cada dia e se fortalece em todos os campi da capital e interior, inclusive com o apoio dos estudantes e uma parcela significativa da imprensa, uma vez que se trata de uma paralisação em defesa da universidade pública e não apenas de reivindicação salarial.

Na Unicamp, os docentes entraram em greve dia 25 de março, após decisão tomada em Assembléia da Adunicamp realizada no dia anterior. Desde aquela data, as assembleias, por maioria esmagadora de votos, têm reafirmado a continuidade do movimento. No dia 9 de maio, após reunião do Fórum com o Cruesp em Rio

Claro, por unanimidade os 246 docentes presentes à assembleia da Adunicamp votaram pela continuidade da greve, considerando a posição dos reitores um "arremedo de contraproposta". O Cruesp não propiciou uma negociação séria e ofereceu uma mera incorporação de 3,75% ao salário a ser creditado a partir de janeiro de 2001. Os reitores chegaram a esse índice alegando que o abono de 28% concedido em abril embute esse percentual até o final deste ano.

A proposta foi rechaçada não só pela assembleia da Adunicamp, mas por todas as outras entidades vinculadas ao Fórum. Em Rio Claro, após a reunião do Fórum com o Cruesp, 1.200 ma-

EXPEDIENTE

Diretoria:

Francisco de A. M. Reis, presidente; Itamar Ferreira, 1º vice-presidente; Marcos Severino Nobre, 2º vice-presidente; Tânia Maria Alkimin, 1º secretário; José Vitório Zago, 2º secretário; Adolpho Hengeltraub, 1º tesoureiro; Maria Aparecida Affonso Moysés, 2º tesoureiro; Nelson Rodrigues dos Santos, Diretor Administrativo; Eleonora Cavalcante Albano; Diretora de Imprensa; Valério José Arantes, Diretor Cultural.

Adunicamp — Associação de Docentes da Unicamp
Rua Érico Veríssimo, 1.479 — Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Campinas/SP — CEP 13091-970
Tel./fax (19) 289-1148 / 289-5229 / 788-8152 / 788-7173
<http://www.adunicamp.org.br>

Jornal Adunicamp — Maio/2000

Editor: Marcos Luiz Cripa vd; Editores de Arte: Roseli Coutinho dos Santos e Klébson Urtado; Revisão: Cláudia Tassotti Krauss; Distribuição: Roberto Munhoz e Oséias Ribeiro Queiróz. Tiragem: 4.000 exemplares. Distribuição Gratuita.

O **Jornal Adunicamp** é uma publicação da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas, destinado aos associados. Os artigos assinados não refletem necessariamente o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores.

Essa edição foi fechada na redação dia 12 de maio de 2000.

Comprometimento acumulado dos repasses para as Universidades

Ano	Unesp	Unicamp	USP	Total
1998	97%	96%	92%	94%
1999	91%	91%	86%	88%

Estimativa do Fórum com 25% de Reajuste em maio de 2000, 6% de inflação e 1% de crescimento econômico sem a Lei Kandir*

2000	91,3%	92,5%	83,3%	87,2%
------	-------	-------	-------	-------

*Com a Lei Kandir, o comprometimento da Unicamp vai para 89%

nifestantes (docentes, funcionários e estudantes) saíram às ruas para demonstrar a indignação em relação à proposta apresentada pelos reitores.

Segundo o presidente da Adunicamp, Francisco de A. M. Reis, o movimento está cada dia mais forte e na Unicamp chega a paralisar entre 80 e 90% dos docentes. Para ele, as assembleias gerais em conjunto da Adunicamp, APG, DEC e STU, realizadas diariamente nas unidades, têm se mostrado altamente produtivas.

A greve, ainda segundo avaliação do presidente da Adunicamp, está forte porque os reitores estão trilhando um caminho equivocado de tentar discutir a peça orçamentária, quando deveriam discutir remuneração. “Salário não se trata de forma burocrática. Queremos reajuste imediato para, aí sim, discutirmos política salarial”, afirma Reis. Outro fator que contribuiu para o crescimento da greve é o arrocho salarial imposto pela política das reitorias da Unicamp, USP e Unesp. Nas federais, apesar de viver uma crise semelhante, a remuneração de um professor-doutor é 25% superior a um colega de uma das estaduais paulistas. A diferença é de 17% entre os titulares.

E não bastassem todos estes problemas, as reitorias acenam a cada momento com a possibilidade de quebra da isonomia salarial. Os reajustes seriam dados segundo o comprometimento da folha de pagamento de cada uma das universidades, ou para o oferecimento de um reajuste baseado no menor índice apontado pelo comprometimento em relação ao ICMS

A julgar por suas manifestações públicas, os reitores apostam no cansaço, na desesperança e no desânimo dos professores e funcionários. Para

isso, tentam construir a idéia de inutilidade da greve. O reitor da USP, Jacques Marcovitch, em artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, chega a lembrar, em tom de advertência, a última greve das universidades federais, que durou mais de cem dias. “A grande prejudicada foi a sociedade”, diz ele. Apesar da oferta de um reajuste de 7% e de um abono de 28%, nem docentes nem funcionários estão caindo neste verdadeiro “canto da se-reia”, nesta ilusão.

Os reitores fazem o discurso que lhes interessa, deixando de lado questões importantes como o crescimento da arrecadação de ICMS. No dia 25 de março, quando os docentes da Unicamp aderiram ao movimento, o Conselho de Representantes e a Diretoria da Adunicamp distribuíram uma Carta à Comunidade esclarecendo os motivos da paralisação. Em um dos trechos do documento fica esclarecida a falta de disposição das reitorias em debater esta questão. “Cabe lembrar que, a partir do segundo semestre de 99, a arrecadação do ICMS apresentou sensível e contínua recuperação. A esse fato os reitores reagiram protelando sucessivamente as reuniões marcadas pelo Fórum e fechando negociações quanto a possibilidade de reajuste ou abono referentes a 99”, afirma a carta da Adunicamp.

As projeções do Fórum das Seis, disponíveis no site da Adusp na internet (www.adusp.org.br), sintetizam o nível de comprometimento com salários até o final de 2000, considerando-se o reajuste salarial de 25% em maio, sem incluir, ainda, as receitas provenientes da Lei Kandir (veja quadro). O comprometimento seria levemente menor do que aquele registrado nos dois últimos anos.

Retratos da greve

Assembléia da Adunicamp, dia 9 de maio, reuniu 246 docentes. Momentos antes, os manifestantes que estavam em vigília em frente à reitoria fizeram o enterro simbólico do reitor Hermano Tavares. No dia 5, em São Paulo, cerca de 700 pessoas participaram do ato de entrega ao Cruesp da planilha com estimativas de arrecadação do ICMS.

FOTO: JOÃO PRUDENTE



FOTO: SOLANGE CELERE



FOTO: DANIEL R. GARCIA



Conjuntura

Paradigma da tortura

(dos porões do DOI-CODI aos camburões de FHC)

Valério José Arantes*

Antes de nossa terra ser descoberta pelos povos “ditos civilizados” do continente europeu, os índios que aqui viviam já tinham descoberto algo muito mais significativo: **viver em paz com a natureza.**

Com a chegada das maravilhosas caravelas, os índios devem ter ficado deslumbrados diante do acontecimento e, logo em seguida, desesperados quando aqueles estranhos homens brancos impuseram-se ditatorialmente com o fogo e o trovão de suas armas.

Os bravos guerreiros, verdadeiros exemplos da raça humana, foram subjugados por tiranos perversos, obrigados a aprender uma língua e religião estranhas, e como se isso não bastasse, suas origens, seu mundo e suas crenças foram gradativamente eliminados para facilitar a dominação em todos os sentidos.

Os que não foram escravizados, fugiram para o interior (longe do mar que tanto amavam) ou morreram impiedosamente aos milhares, nas mãos de nossos antepassados, injustamente glorificados nas páginas de nossa história.

Os povos que aqui desembarcaram, apesar de trazerem na bagagem uma tecnologia mais avançada, não passavam de exploradores cruéis e ambiciosos que violentaram e continuam violentando os direitos humanos de seres ditos “selvagens”, que foram e continuam sendo caçados como animais, nos últimos redutos de mata virgem preservados da ganância doentia de “bárbaros insanos”.

Os descendentes dessas raças continuam explorando e oprimin-

do seus filhos, esposas e trabalhadores, assim como faziam seus antepassados: impondo valores ultrapassados (nos quais nem acreditam), agredindo, reprimindo, excluindo e torturando.

reta durante a ditadura militar, orquestrada pela histeria conversiva de cavaleiros com o estilo “deixa que eu chuto”, que cavalgavam cavalos cujo cheiro, diziam, era melhor do que o de seres humanos.

A violência generalizada que compartilhamos com nossos semelhantes cotidianamente tornou-se constante e imprevisível, em casa, nas ruas, no trabalho e até em nossas mentes...

Sobrevivemos às violências medievais, aprendendo a enfrentar a força bruta através da inteligência, que hoje é usada contra nós por aqueles que aprenderam a manejá-la; porém, para nossa infelicidade, dissociaram o aspecto afetivo-emocional do intelectual, gerando uma cisão interna doentia e perigosa.

Fundir os torturadores, como se todos fossem “farinha do mesmo saco” (às vezes são!), é demasiado simples como um diagnóstico para os distúrbios psicológicos que afetam um grande número de seres “ditos humanos” (devido à perversidade consciente de seus atos), que canalizam sua agressividade de forma violenta e cruel contra seus “objetos de sofrer”.

A violência generalizada que compartilhamos com nossos semelhantes cotidianamente tornou-se constante e imprevisível, em casa, nas ruas, no trabalho e até em nossas mentes; institucionalizando uma guerra civil caótica e sem motivos definidos.

Já sofremos a agressividade di-

“A agressividade é a autodestruição voltada contra objetos substitutivos”

Sigmund Freud

Essa tipo é terrível e ardiloso, com um predomínio dos pensamentos sobre os sentimentos na concretização de suas ações. São indivíduos incapazes de controlar seus impulsos anti-sociais, considerando os “fins” como mais importantes que os “meios”. Regozijam-se diante do medo somatizado e intelectualizado (medo de ferir o autoconceito) de suas vítimas, mantendo-se inatingíveis, protegidos por uma amoralidade imperturbável.

Já enfrentamos e continuamos a enfrentar essa escória da raça humana, cujos sobreviventes ainda nos ameaçam como “mortos vivos”, com a esperança de continuar sugando o leite e o sangue das tetas de quem continua se comportando como “vaquinha de presépio” dentro dos currais desses “sanguessugas”.

Agora estamos frente a frente com nossos piores adversários, que substituíram as torturas dos militares e os camburões do governo Maluf pelos camburões psico e sociopáticos de FHC.

Usando os artifícios de um intelectualismo, fundamentado na “neutralidade científica” de hiper-especialistas oriundos de diferentes áreas do conhecimento, que perderam a noção da realidade existencial humana, torturam nossas vidas enveredados nos distúrbios da paranóia.

Paranóia:

“Os paranóicos caracterizam-se por seu desmesurado orgulho, sua rigidez psíquica, sua desconfiança e seu pensamento paralogico (vale dizer: seu raciocínio perfeitamente lógico, re-

Histeria de conversão:

“... transformação de uma emoção, de um afeto recalçado, em manifestação corporal”

Os comportamentos manifestados por pessoas com essa tipologia, caracterizam-se pelo predomínio na utilização do corpo para concretizar seus objetivos, com uma maior probabilidade de provocar o medo somatizado (medo de ferir o corpo) em suas vítimas.

Com as mudanças políticas, podemos acompanhar a ascensão de um “bando” de psicopatas, cuja agressividade mais planejada e indireta nos metia dentro de camburões, que rodavam acelerados pelas ruas das cidades, arrebatando nossos corpos sem deixar vestígios de “paus de arara”, cassetetes, choques elétricos ou coisas piores.

Psicopatia:

*“Os psicopatas são indivíduos instáveis, impulsivos e difíceis, cujo comportamento faz sofrer, essencialmente aqueles que os cercam.”*¹²

pousa sobre premissas falsas, erros e ilusões, ditados por uma afetividade anormal).”³

Com a mente dividida entre **sentir** e **pensar**, esse é um tipo que exemplifica a vulgarmente denominada “loucura”, com manifestação constante de ressentimentos, hostilidade e uma agressividade que chega a ser sutil; sendo que o próprio torturador não se considera como tal, tornando-se bastante complexo o ato de enfrentá-los porque parece que não estamos sendo torturados.

No entanto, a tortura que, antigamente, atingia apenas alguns líderes mais arrojados, hoje, generaliza-se contra toda a nação através dos camburões de FHC, dirigidos por motoristas diplomados em cursos superiores, com cargos importantes no Legislativo, Executivo, Judiciário e até nas universidades, maquiados com o “sorriso amarelo” do neoliberalismo e massacrando-nos sem piedade com a exclusão social e o estresse psicológico.

Institucionalizaram a tortura protegidos em seu corporativismo, respaldados por um código penal obsoleto e medidas provisórias que sucatearam nossa constituição. Violentaram nossos direitos a uma vida digna, atormentando-nos cotidianamente, sem respeitar os limites suportáveis de sobrevivência, inclusive financeira.

Nossos salários estão defasados e se quisermos dar um **basta** na ação dos torturadores, podemos começar comparando na próxima assembléia, aumentando o número de participantes, para protestarmos em conjunto, em defesa da **cidadania e do reajuste de nossos salários**.

Lanço ainda um SOS às organizações internacionais que defendem os direitos humanos, para que nos ajudem contra esses adversários hediondos, assim como nos tempos da ditadura, pois, são pessoas desequilibradas que vivem em completo estado de alienação quanto à realidade existencial humana, e continuam lidando, ainda hoje, com “selvagens” e “civilizados” através da política do “rolo compressor”, que esmaga quem ousa contestar seus objetivos nefastos.

PS: comportamentos neuróticos e psicóticos, todos nós temos um pouco; porém, quando acontece uma exacerbação desse “jeito de ser”, tornamos nossas vidas e a de nossos semelhantes insuportáveis.

*Diretor da Adunicamp e professor da Faculdade de Educação.

^{1,2,3} Sillamy, N. *Dicionário de psicologia*. Editora Larousse do Brasil.

Língua Portuguesa: Defendê-la de quem e de quê?

John Robert Schmitz*

Perante a Câmara, o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP) apresenta neste momento um projeto de lei que “dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa”. O distinto parlamentar tem também a intenção de organizar um “Movimento Nacional de Defesa da Língua Portuguesa”. De acordo com os termos do referido projeto, quem utiliza desnecessariamente palavras ou expressões estrangeiras será punido com multas de até R\$ 12.640,00!

Deixando de lado questões a respeito da constitucionalidade e da viabilidade de implementação e cumprimento legal da proposta, se for aprovada pelo Congresso (Câmara mais Senado) cabe perguntar o porquê do interesse em proteger o idioma nacional. Quem são os “inimigos” dos quais a língua portuguesa precisa ser defendida? Os próprios usuários? Os estudantes nas escolas? Os meios televisivos e a imprensa? Os dicionários de língua portuguesa?

Os inimigos não seriam os próprios usuários tais como aqueles legisladores que apresentaram um projeto de lei sobre aposentadoria que registrava “lapsos” no uso de vírgulas, que contribuíram para tornar o texto ambíguo? Outros inimigos do idioma não seriam aqueles que cantam “nois mora em Jaçanã”? E ainda outro “inimigo” não seria a dona de casa que deixa um bilhete para o leiteiro nestes termos: “Seu Silva, me deixa amanhã mais um leite e meia dúzia de ovos, tá?”

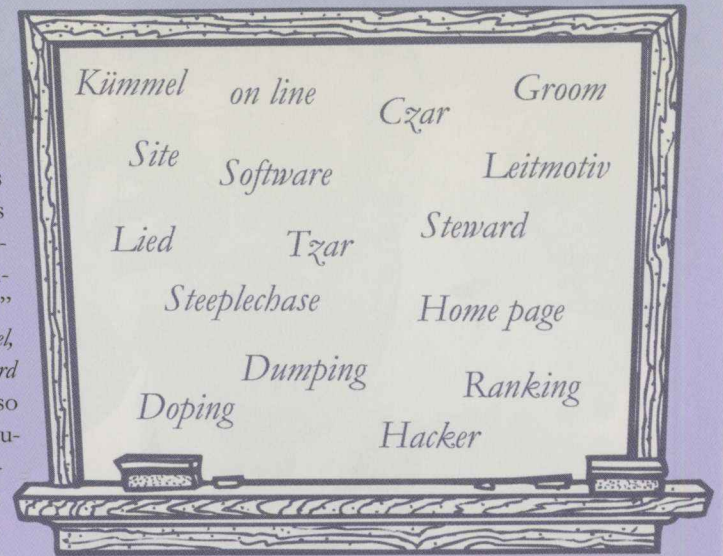
Obviamente ninguém é inimigo nesses casos. A língua nacional não corre perigo. Quanto à falta de vírgulas numa redação, errar é humano. Todo texto deve ser revisto. Alguns escolares precisam ler e escrever mais em português. Cumpre observar que muitos alunos se expressam muito bem oralmente e produzem bons textos em português. Tampouco é inimigo do idioma a dona de casa que escreveu um bilhete em português informal para o leiteiro (apesar das possíveis críticas de alguns gramáticos tradicionais). Tal bilhete seria um sucesso comunicativo se a dona de casa recebesse exatamente o que pediu.

Um exame do projeto de lei e os comentários a respeito do mesmo por parte do Autor mostram que os inimigos são as palavras e expressões estrangeiras que todos os usuários empregam no dia-a-dia, que escutam na televisão e no rádio e que lêem jornais e revistas. Os inimigos

do idioma para o deputado Rebelo são vocábulos de origem estrangeira por ele considerados “garraños amargos que turvam a vista e enrolam a língua” tais como *kümmel*, *steeplechase*, *steward* e *groom*. O curioso com esses vocábulos “de difícil escrita e penosa prosódia”, citando as palavras do parlamentar, é que constam do *Aurélio* e são devidamente rotulados como “palavras estrangeiras”. *Steeplechase* foi usada por Euclides da Cunha. Qual seria o destino de termos de origem alemã como *Lied* or *Leitmotiv* tão importantes no campo de música?

O *Aurélio* registra palavras de origem russa: *tzar* e *tzaréviche* consideradas pelo deputado como “paralelepípedos gráficos e prosódicos”. Mas o *Aurélio* registra as formas alternativas *czar* e *czaréviche* com a grafia algo mais aportuguesada mas não satisfazem completamente porque o encontro consoantal *cz* não caracteriza a língua portuguesa. Nenhuma das duas grafias contribui para “corromper” o português. Deve-se escrever *Tchetchênia* ou *Chebênia*? Cabe observar que dois jornais de grande circulação na cidade de São Paulo apresentam diferentes grafias para o referido país asiático. Não faz realmente muita diferença para o destino da língua portuguesa como o usuário escreve o nome desse país ou se optar por *tzar* ou *czar*.

Se o projeto-lei for aprovado, cabe perguntar se a referida lei não vai implicar a “cassação” de vocábulos estrangeiros com multas e outras punições aos Dicionários de Língua Portuguesa por registrar para itens lexicais de uso corrente no Brasil, como: *dumping*, *doping*, devidamente dicionarizados pelo *Aurélio Século XXI*, ou *ranking* que aparece frequentemente nos jornais de grande circulação mais ainda não registrado no referido dicionário. O que parece afligir o deputado Rebelo é a plethora de vocábulos de língua inglesa no campo de informática que nos últimos anos se infiltraram no português. A presença de termos como *site*, *home*



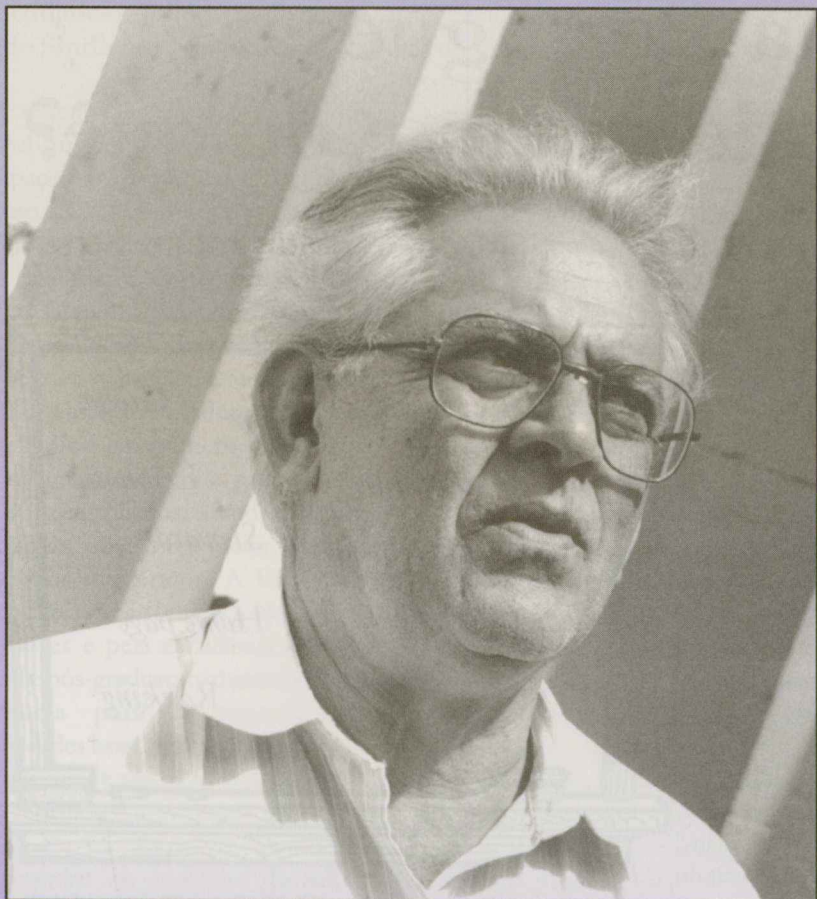
page, *on line* e *software* refletem a globalização do mundo neste fim de século. Com o decorrer do tempo alguns vão desaparecer e outros vão ser aportuguesados ou “traduzidos”. Poucos usuários percebem que “loja de conveniência” é uma tradução do inglês “convenience store”. Diria que a melhor política do idioma é permitir a liberdade de expressão e deixar o usuário optar entre dizer *hackers* ou *piratas* com respeito aos recentes eventos na internet. De modo geral, a presença das expressões estrangeiras de nenhuma forma desnacionaliza, corrompe ou transmite a idéia de que a língua portuguesa é vaga, feia ou limitada como vários defensores têm argumentado.

O problema é outro. O que desnacionaliza é a venda por preços irrisórios de empresas brasileiras em boa situação financeira aos interesses estrangeiros, o que desfigura a nação é a desonestidade, a impunidade e a diferença de poder aquisitivo entre as classes sociais, o que coloniza é a submissão às determinações dos fundos e agências internacionais.

Muito mais do que o idioma, os professores de português nas escolas do ensino fundamental e médio é que devem ser defendidos. O que realmente deve ser defendido é o salário, as condições do ensino com a possibilidade de bolsas de estudo para uma formação continuada dos mesmos durante a carreira, enfim, a necessária “desproletarização” do professor.

*Professor titular do Departamento de Linguística Aplicada da Unicamp, brasileiro naturalizado.

ARQUIVO/ADUFSC



Milton Muniz, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, candidato a presidente representando a Chapa 1 - "Andes por uma nova universidade".

Quais os grandes desafios colocados para a universidade pública hoje?

1) Lutar contra o sucateamento das universidades públicas pelo governo. Mantê-las como instituições públicas, evitando sua privatização, atendendo a demanda por vagas. Discutir com o governo e com a sociedade as formas de controle social sobre as universidades privadas. O financiamento é um ponto crítico. As Instituições Federais de Ensino Superior recebem recursos orçamentários constitucionais, vinculados a 18% dos impostos federais. Eles são insuficientes e sofrem redução: pela sonegação fiscal, transferência orçamentária, como foi no Fundo de Estabilização Fiscal. Ou são desviados para pagar proventos, pensões e precatórios aos professores. As demais Instituições Públicas, com exceções, têm problemas semelhantes. Discutir a implementação de um programa de formação que propicie a cada professor universitário o grau de doutor. Esse programa deve ser vinculado: a um

programa nacional de ciência e tecnologia; a políticas de desenvolvimento econômico; às necessidades da maioria da população. A constituição de um Sistema Nacional de Universidades Autônomas, com estatuto próprio garantindo a prerrogativa da Autonomia para o conjunto de suas instituições, é o nosso horizonte estratégico.

2) Manter-se como instituição verdadeiramente pública. Sob o governo FHC, tem havido um grande avanço da privatização do ensino superior, ou seja, a destruição da pesquisa e do ensino independentes (e da pesquisa em geral): no ano passado, a rede particular ofereceu 59 mil vagas, contra 10 mil nas universidades federais. A privatização universitária é reiterada e oficialmente recomendada pelo FMI-BIRD-OMC, cujos ditames o governo FHC segue. As particulares, além de conquistarem postos estratégicos nas entidades de amparo à pesquisa, acabam de conseguir, como a Uniban, "o direito de participar em todas as sessões do

Sindicato Nacional nova diretoria dias

Os cerca de 75 mil professores Docentes das Instituições de urnas dia 23 e 24 deste mês, para o biênio 2000/2002. A Chapa 1 (An encabeçada pelo professor Milton de Santa Catarina, e a Chapa Democrática) pelo professor Federal do Rio de Janeiro. Na U em todas as unidades e na sede debate e abrir espaços para a diretoria da Adunicamp elaboro sobre temas de relevante im brasileira aos candidatos à pre Conheça a opinião de Milton

CNE (Conselho Nacional de Educação) que discutam assuntos de seu interesse" (*Folha de S. Paulo*, 16/2). No início de fevereiro, Abílio Baeta Neves, titular da SESU (Secretaria do Ensino Superior), foi acusado, em reportagem publicada pela revista *Isto É*, de participar do *lobby* exercido por grupos privados de ensino para que seus cursos fossem aprovados. Enquanto se agitam cifras mirabolantes para diversos fundos, só GEDs, "incentivos a jovens doutores" e outras esmolas são oferecidos aos seus supostos beneficiários. Num quadro de miséria salarial e orçamentária, o que o governo fez recentemente com o seu novo "pacote" foi anunciar uma injeção de fundos destinados à privatização da pesquisa e à mercantilização do ensino. Está colocada, portanto, uma luta pela sobrevivência da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Na sua opinião, qual é a relação que deve existir entre a Universidade e os Movimentos Sociais?

1) A universidade, dadas as condições políticas e econômicas, é produto da sociedade, e acaba, ao final, contribuindo para a manutenção e reprodução do próprio modelo injusto e perverso da nossa sociedade. O conhecimento desenvolvido nas nossas universidades, em muitas áreas do

conhecimento, coloca o país num patamar equiparado ao dos países ricos. Entretanto, a classe dominante dá aos ricos os meios para que continuem acumulando riqueza, e não permite aos pobres a mínima condição de uma existência humana digna. Os recursos públicos destinados, por ela, às políticas públicas de: educação, saúde, segurança, cultura e lazer são insuficientes, mal administrados, desviados para fins ilícitos, criando uma situação de calamidade. A organização da sociedade em movimentos sociais passa a ser a solução encontrada pelas populações na solução de problemas de responsabilidade governamental. Cabe à universidade, como instituição da sociedade, academicamente conhecer o universo social, investigar suas demandas e oferecer à Nação a oportunidade de um projeto nacional, socialmente referenciado, que diminua a distância política, econômica e social que separa os ricos dos pobres no Brasil.

2) O objetivo acima mencionado não é só do movimento docente, mas de todo o povo brasileiro em geral. Com as nossas bandeiras específicas, devemos nos integrar na luta de todos os trabalhadores contra os planos do FMI e de seu executor, o governo de FHC. Devemos ter um papel ativo na Central Única dos Trabalhadores e, de forma mais específica, no

ções

dos Docentes elege

s 23 e 24 deste mês

Filiados ao Sindicato Nacional dos Ensino Superior (Andes) irão às urnas para escolher a nova diretoria para o mês de maio (Andes por uma nova universidade) é Roberto Leher, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Chapa 2 - Andes-AD, Autônoma e Democrática). As urnas serão instaladas na entidade. Para contribuir com o processo de apresentação de propostas, a comissão organizadora apresentou e encaminhou sete perguntas para a universidade em uma reunião com a presidência do Sindicato Nacional. Roberto Leher (1) e Roberto Leher (2).

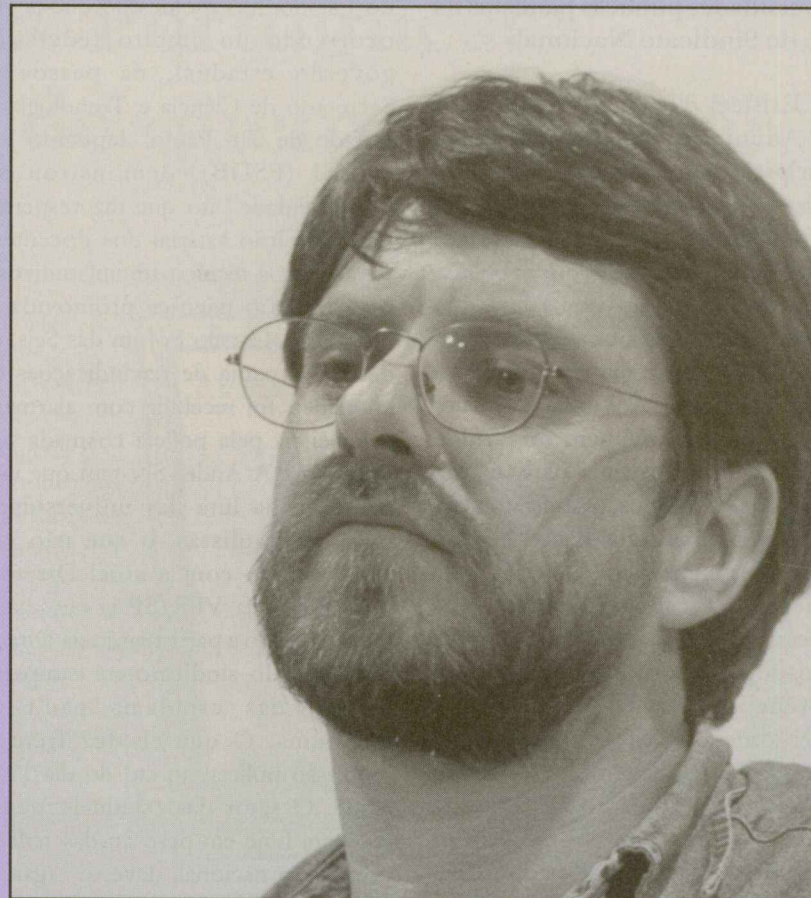
Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação, além de uma atitude solidária para com todos os movimentos sociais e de luta, em especial o dos camponeses sem-terra. Uma universidade pública forte é condição básica para um desenvolvimento independente e voltado para as maiorias populares: cabe ao Andes-SN sensibilizar a população e os trabalhadores sobre esse fato; explicá-lo mil vezes se necessário for.

Faça uma análise das perspectivas de relacionamento entre o Sindicato e Governo, levando-se em consideração, principalmente, as questões educacionais e salariais.

1) A Constituição Federal de 1988 permitiu a criação e a expansão do sindicalismo no serviço público desvinculado da tutela do Estado. A Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, Andes, surge, como sindicato nacional, nesse contexto. As negociações salariais com o governo, nas três esferas de poder, são uma tarefa difícil pela falta de tradição, vontade política e de uma legislação que a define. A Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CENESF), e dela faz parte a Andes-SN, desenvolve, no momento, uma campanha de

reposição imediata de perdas salariais ocorridas nos últimos cinco anos, e definição da data base. Caso contrário, ela indica greve para a primeira quinzena de maio. O Governo conseguiu aprovar uma LDB que atropelou todo um processo de construção democrática de um outro modelo de LDB que propunha reformular as concepções de ensino, as formas de financiamento e a gestão democrática dos recursos. Aprovou outra lei que define a forma de escolha dos dirigentes das instituições federais de ensino superior, que vem sendo, sistematicamente, contestada por diferentes comunidades universitárias por limitar, de forma grave, o exercício da autonomia universitária

2) Cabe ao sindicato negociar com o governo e seus representantes na área educacional e universitária, tanto no que diz respeito às questões salariais, como àquelas mais gerais relativas à educação. Mas deve fazê-lo desde uma posição independente, deixando clara para todos os interessados (autoridades e interlocutores, docentes e público em geral) sua posição de oposição à política seguida pelo atual governo e sua perspectiva de construir outra política, outra universidade, outra educação, com outro governo.



ARQUIVO/CHAPA 2

Roberto Leher, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é candidato a presidente representando a chapa 2 - "Andes - AD, Autônoma e Democrática".

Como você avalia o debate que se estabelece hoje no interior do Sindicato a respeito da Autonomia Universitária?

1) Ao enfrentarmos as iniciativas do MEC no terreno da Autonomia, desmontamos peça por peça seu projeto, impusemos um recuo ao governo, o mesmo acontecendo em relação a iniciativas semelhantes de governos estaduais face às respectivas universidades. Lançando a proposta de constituição de um Sistema Nacional de Universidades Autônomas, apontamos uma estratégia capaz de mobilizar a sociedade brasileira em defesa da sua universidade. Assumimos a Autonomia. O dispositivo constitucional da autonomia universitária tem eficácia jurídica, e é amplamente utilizado pelas universidades particulares. No caso das universidades públicas a sua aplicabilidade difere. O financiamento e a carreira docente são regidos por leis específicas. O modelo jurídico deve ser unitário. A forma de escolha dos seus dirigentes deve ser deliberada pela

comunidade universitária. Por outro lado, existe um verdadeiro entulho autoritário legal que impede o exercício da autonomia. Apesar de tudo isso, ainda há professores entendendo que o art. 207 da Constituição Federal é "autoaplicável e pronto". Esta posição tornou-se dogmática, acrílica e sem conteúdo acadêmico experimental. Com ela a discussão se torna muito difícil.

2) Como uma manifestação da perda parcial da independência sindical perante o governo e o Estado: a auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição de 1988 é posição adotada em Congresso pela Andes-SN, referendada em outras instâncias da nossa entidade. A proposta de regulamentá-lo surgiu do atual governo; no esteio da proposta governamental surgiram posições de recuo, no nosso sindicato, em relação ao seu programa histórico. Com esse suposto "realismo" só se conseguiu enfraquecer a posição de nosso sindicato e de nossa categoria: os fatos estão aí para quem quiser vê-los. Devemos retomar, então, as nossas bandeiras históricas.

Como você avalia a inserção das universidades públicas paulistas na vida do Sindicato Nacional?

1) Existem diferenças entre elas. A Adunicamp tem uma intensa participação nas atividades e fóruns do sindicato. Ela contribui com discussões e produção de textos sobre: política sindical; autonomia universitária; política educacional; política nacional de ciência e tecnologia, entre outros. No entanto, até hoje, não conseguiu transformar-se em seção sindical. A Adusp é a maior seção sindical em número de filiados. Se conseguíssemos uma participação efetiva de seus filiados, o sindicato teria, sem dúvida, uma força maior. Não só em termos numéricos. A USP, pela dedicação acadêmica de seus professores e pela excelência de seus cursos de pós-graduação, continua sendo referência para a maioria das universidades brasileiras. A Adunesp tem uma dificuldade adicional. A distribuição geográfica da Unesp, sua estrutura *multicampi*, impõem limitações ao desempenho do trabalho da Seção Sindical. Essa explicação pode refletir, em parte, dos problemas que levam a uma baixa participação de seus professores nas atividades da Andes-SN. Esperamos uma participação maior dos professores das universidades públicas paulistas pelas contribuições que eles darão ao sindicato, principalmente nas atividades do setor.

2) As universidades estaduais paulistas, um dos pilares do sistema universitário brasileiro, já estão em luta por um reajuste salarial que compense os 33% de perdas desde 1995. As autoridades, em que pese o fato de estarem gastando com folha de pagamentos menos de 74% das receitas, no caso da USP (o índice histórico é superior a 85%), oferecem o índice Fipe acumulado desde 1998 (7%) e outros paliativos, como prêmios a “jovens doutores”, “produtivos” e, para os funcionários, um vale-alimentação de R\$ 40/mês. A falta de professores na USP, como se sabe, já virou manchete de jornal. Para que o salve-se-quem-puder seja completo, um comunicado do Cruesp (conselho de reitores das universidades paulistas) afirma que “caberá às Universidades realizar estudos referentes a políticas não lineares, em suplementação ao reajuste atribuído pelo Cruesp”: o comunicado autoriza manobras locais, sem base em qualquer política científica e educacional que respeite a ação conjunta das três universidades na produção e difusão do conhecimento, para dar livre início ao

desmonte do sistema de ensino superior do Estado, nos moldes do que já vem ocorrendo no âmbito federal. O governo estadual, na pessoa do Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, deputado José Aníbal (PSDB), demonstrou sua “sensibilidade” no que diz respeito à recomposição salarial dos docentes e funcionários técnico-administrativos: a manifestação pacífica promovida no último dia 13 pelo Fórum das Seis, em defesa da pauta de reivindicações das entidades, foi recebida com alarmante truculência pela polícia chamada pelo Secretário. A Andes-SN tem que estar presente na luta das universidades públicas paulistas, o que não está acontecendo com a atual Diretoria Nacional, cuja VPR/SP já não existe. Qual tem sido a participação da Direção Nacional do sindicato na campanha salarial das estaduais paulistas? Nenhuma. O que ela fez frente à repressão policial ao ato do dia 13/4? Nada. O setor das estaduais, que se equipara hoje em peso ao das federais no âmbito nacional, deve se organizar de modo específico no interior da Andes-SN, como não aconteceu até hoje, cabendo às Seções Sindicais das três universidades públicas paulistas, hoje agrupados no “Fórum das Seis”, jogar um papel decisivo nesse sentido.

No Jornal Adverso, da Adurgs, edição de março deste ano (1ª quinzena), é atribuída ao presidente do Sindicato Nacional, Renato de Oliveira, a seguinte afirmativa: “Nada do que foi aprovado em Juiz de Fora é camisa de força para a diretoria da Andes. Temos capacidade e legitimidade para, a partir das consignas aprovadas no Congresso, desenvolver uma prática política própria que faça avançar o debate”. Quais as implicações desta afirmação para a vida do sindicato?

1) Foram realizados dois eventos: o 5º Conad Extraordinário e o 19º Congresso. O 5º Conad Extraordinário foi convocado para apreciar, pela terceira vez consecutiva, a prestação de contas do exercício de 1998, que abrange seis meses da gestão da diretoria anterior e seis meses de gestão da atual diretoria. Na votação única, houve empate. O estatuto não prevê o uso do voto de minerva. Com esse resultado, a prestação de contas do exercício de 1998 continuará à espera de outro Conad para apreciá-la. O 19º Congresso rejeitou o manifesto “Em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho”,

assinado por várias personalidades de expressão nacional, como um documento político de ação do sindicato. Rejeitou as propostas de: discussão de um estatuto para a universidade autônoma; discussão de um Sistema Nacional de Universidades Autônomas; criação de um conselho fiscal que apreciasse, para o Conad, as prestações de contas do sindicato, para citar algumas deliberações. A Diretoria continuará implementando o plano de lutas e, simultaneamente, debatendo autonomia com os professores e a sociedade. Do exposto, entendo que a fala do Prof. Renato, referenciada na pergunta, é positiva, e demandará uma boa capacidade política para o diálogo.

2) Significa que para a atual Diretoria Nacional as instâncias democráticas do sindicato são simples fóruns de informação, para o público “interno”, das decisões que a própria diretoria adota, a partir de outros “fóruns”, com os representantes do governo federal. No grave momento que o Brasil atravessa, que está a exigir um protagonismo cada vez mais independente dos trabalhadores e de outros segmentos sociais, a atual diretoria da Andes é um anacronismo. As decisões de Conads e Congressos não são “camisas-de-força”, mas orientações adotadas com toda a força da representatividade das bases, que devem ser aplicadas, de modo criativo, pela Diretoria do sindicato nacional.

Sintetize, do ponto de vista da chapa que você representa, quais são as grandes tarefas do sindicato para os próximos dois anos.

1) Alguns princípios específicos orientarão nossa ação neste sentido: lutar pela ampliação dos recursos destinados ao ensino superior público; lutar pela preservação do regime de serviço público para a profissão docente; garantir paridade de salários entre professores da ativa e aposentados; definir patamares adequados de salários e planos de carreira para os professores das instituições estaduais e municipais; lutar por condições de trabalho compatíveis com a nossa profissão nas instituições privadas de ensino superior; discutir a definição de um modelo jurídico único para as universidades brasileiras; preservar o estatuto dos Centros Federais de Educação Tecnológica; defender uma política nacional para o setor, articulada com o ensino universitário e com uma política de desenvolvimento tecnológico; lutar pela

integração dos docentes de primeiro e segundo graus das IFES nas respectivas carreiras de ensino superior; lutar pela instituição de mecanismos públicos de controle sobre o ensino superior privado; com o apoio da comunidade científica, atuar nos espaços institucionais, fortalecendo o debate nacional sobre uma Política em Ciência e Tecnologia. Criar o Instituto Andes, comprometido com uma reflexão crítica, criativa e propositiva sobre as políticas públicas relacionadas ao ensino superior, vinculado à Andes-SN

2) Defender a universidade pública em todas as instâncias, implantar o sindicato no conjunto da categoria, em especial nas universidades particulares, entrosar o sindicato no conjunto do movimento dos trabalhadores, reativar os GTs e as quase desaparecidas VPRs, para garantir os mecanismos de nossa democracia sindical. Há muito pelo que lutar. De acordo com o governo, serão criados 190 mil empregos públicos nas universidades federais; emergencialmente, o governo pretende contratar seis mil docentes que ocuparão as vagas preenchidas pelos professores-substitutos. Segundo o ministro Paulo Renato, isso deverá ocorrer no fim do ano ou no início de 2001, quando vencem os contratos dos docentes atuais. Para completar, foi anunciado o aumento em 30% da GED (Gratificação de Estímulo à Docência) nas universidades federais. Mas o orçamento federal para o ano de 2000 destina 3,8% dos recursos para educação (contra 5,5% em 1997), e 43,7% para o pagamento da dívida (contra 18,1% em 1997). As universidades federais continuam estranguladas financeiramente (os reitores pleiteiam no Congresso uma suplementação mínima de R\$160 milhões). O aumento da GED (não-incorporada ao salário docente), por outro lado, é tão instável quanto os novos funcionários e docentes, que serão contratados pela CLT (sem estabilidade nem aposentadoria integral), isto supostamente para dar às universidades maior “autonomia” para demitir. Nas eleições da Andes-SN do final de maio, duas linhas se enfrentam: a que se vangloria das migalhas obtidas, e fez da freqüentação dos corredores ministeriais a sua única “estratégia de luta”, e a que defende que hoje, mais do que nunca, é necessária uma universidade pública e autônoma e um sindicato que a defenda por todos os meios. Aos docentes brasileiros, jamais consultados pelos ministros de plantão, cabe, agora, a palavra.

Movimento Docente

O saber como bem privado: semente da má-consciência

Arley R. Moreno*

Adenominada “má-consciência” é uma situação humana invulgar, rica e intrigante. Sua estrutura lógica é bastante curiosa: afirmamos como verdadeiro um enunciado que sabemos ser falso. Por exemplo, em meio a violento temporal, afirmamos que as condições meteorológicas estão amenas como em um dia ensolarado. Por outro lado, seu mecanismo psicológico é muito intrigante, ao bloquear a consciência que temos dos fatos. Por exemplo, em meio a uma catástrofe social ou pessoal, o indivíduo, sabendo-se mal, afirma que tudo está muito bem, justificando, assim, sua recusa em agir contra as forças opressoras, sociais ou pessoais. Haverá uma razão, mais ou menos encoberta pelo próprio indivíduo, que explica o seu comportamento: de algum modo, real ou fantasioso, é ele levado a acreditar que teria compactuado com as forças que o oprimem tornando-se, portanto, cúmplice da atual situação; ou por inércia, absteve-se de denunciar aquilo com o que não concordava, ou, pior, ativamente, contribuiu com o que julgava não ser correto, por conveniências circunstanciais ou por receio de sofrer sanções. Situação humana, demasiado humana.

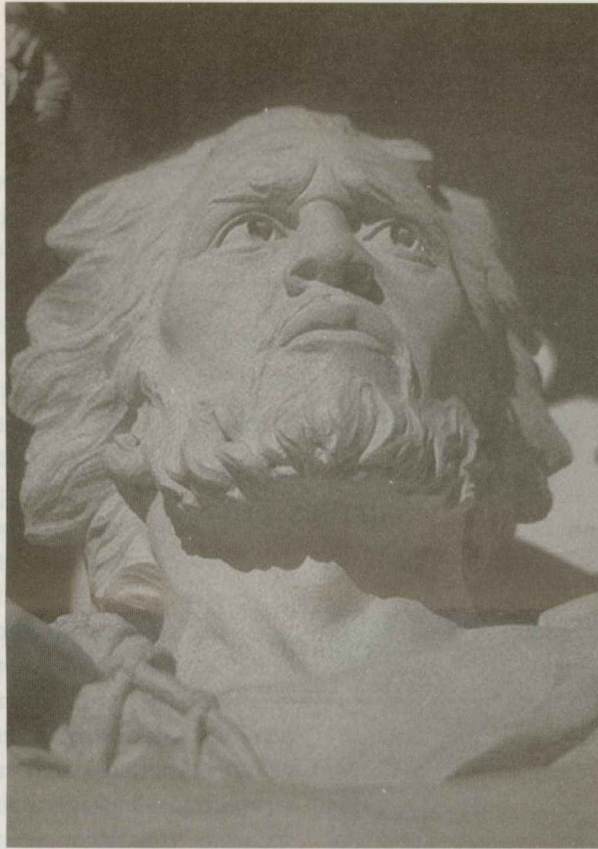
Mas, para que introduzir, e dessa maneira, o tema em um Jornal da Adunicamp?!

É que um enigma começou a germinar em mim, durante o ano de 1999: face ao arrocho salarial nas universidades públicas paulistas, uma parte dos servidores diretamente concernidos, em que me incluo, a parte docente, permanecia em um marasmo, para mim, incompreensível. Paralelamente a isso, assistia, atônito, ao crescente número de colegas solicitando permissão para acumular atividades docentes em outras instituições de ensino, durante os dois anos regulamentares, tornando rotina de complementação salarial o que deve-

ria ser um incentivo acadêmico para intercâmbios culturais de ensino e pesquisa. O número crescente de solicitações para acúmulo de atividades docentes tornava mais clara a situação de depressão que estávamos submetidos — sendo, aliás, o único recurso para complementação salarial de que podem lançar mão os professores que não têm acesso a convênios com empresas, devido à natureza de sua formação acadêmica.

Assim, o seguinte enigma começava a tomar forma para mim: esse expediente não poderia ser criticado, porque, por um lado, caminhávamos para a miséria salarial e, por outro, precisávamos sobreviver, mas, ao mesmo tempo, incomodava-me a pergunta: por que meus colegas não enfrentam politicamente a situação nefasta, organizando-se para reivindicar o fim do arrocho salarial? Seria, porventura, mais fácil acumular atividades docentes em outras instituições do que organizar-se politicamente? Eu não conseguia esclarecer a situação.

Passei, então, a conversar com meus colegas, e tive algumas surpresas — não somente pelo conteúdo de suas respostas, como também por sua sinceridade.



A primeira resposta foi: não nos organizamos porque temos, todos, má-consciência! — “Mas, por quê?”, indaguei. — “Porque cada um de nós procura resolver suas próprias dificuldades, sem ter tempo e energia para se preocupar com a coletividade”. Ainda que surpreso, procurei compreender melhor as razões que poderiam ter meus colegas para agir segundo essa lei do cada um por si.

E uma segunda resposta não tardou a surgir: é porque somos, apesar de tudo, privilegiados. No interior de uma sociedade injusta, como a nossa, podemos ainda pagar as escolas de nossos filhos, viajar e, até, em certos casos, saborear um copo de vinho. Nossa má-consciência vem de que nada fazemos para acabar com a injustiça social e, portanto, compactuamos com ela. Daí, seguem-se as soluções mais adequadas: uma vez sem convênios aos quais recorrer, ou procuramos acumular funções docentes, a cada dois anos e sucessivamente, ou convivemos com o arrocho salarial que, na verdade, não é tão grave assim pois atinge apenas aqueles que têm filhos, viajam e, eventualmente, bebem vinho — há, na verdade, situações muito piores do que a nossa. Nossa situação seria, desse ponto

de vista, e para retomar a imagem anterior, comparável a uma tempestade ensolarada.

Minha imaginação não conseguiu impedir-se de evocar, com um pouco de exagero, confesso, certas analogias com situações de pós-guerra, em que muitos indivíduos nativos afirmaram nunca terem concordado com o regime nazista, mas, nada podendo fazer, foram tocando a vida..., dentro da melhor neutralidade possível naquela ocasião. E como foram “tocando a vida”? Procurando soluções individuais, ou, pacatamente, julgando-se ainda privilegiados e aguardando uma dádiva vinda dos céus — através de Deus ou dos aviões aliados. A voz de Brecht soou-me forte, lembrando os efeitos perversos da neutralidade política em situações de conflito.

Todavia, esse esclarecimento ainda não me satisfazia. Meus colegas não são politicamente ingênuos; não podem, portanto, fingir neutralidade nem, tampouco, exercer a lei do cada um por si em tempos áridos de miséria. O enigma ainda persistia, intacto.

Foi então que obtive um terceiro tipo de resposta, finalmente, esclarecedor. Trata-se de uma situação cada vez mais freqüente: ricas ofertas salariais por parte de instituições privadas de ensino; e de respostas cada vez mais raras: recusamos essas ofertas! Oferecem-nos ótimas complementações salariais em troca da organização de cursos, de algumas aulas e, principalmente, de nosso vistoso Curriculum Vitae, obtido e exercido na universidade pública de alta qualidade. Em nome do que, recusaríamos essas ofertas tão oportunas?

Eis a resposta esclarecedora: em nome de nossa pesquisa pessoal. De fato, a energia e o tempo a serem dispensados no exercício de uma nova atividade bem remunerada terá consequências negativas sobre o tempo e a concentração intelectual necessários e indispensáveis para a pesquisa, para

o amadurecimento lento das idéias, para a redação tranqüila e ponderada dos resultados. Se levarmos a sério a atividade de pesquisa, então a energia intelectual, o tempo de estudos e de reflexão tornam-se valores vitais — deixando de ser mercadoria mais ou menos valiosa. O saber, assim construído, não será meramente um objeto de trocas mercantis, mas, um patrimônio público, instrumento de formação intelectual que possuímos e devemos à sociedade. Por que essa situação esclareceu-me o enigma?

Na verdade, o esclarecimento surgiu somente quando fui capaz de substituir a expressão de minha ingênua surpresa — “é preciso ter coragem para recusar tais ofertas!” — pela expressão de uma crítica pergunta: “é preciso ter coragem para recusar tais ofertas?”. O que a pergunta revela, que a surpresa escondia? Revela a existência de duas atitudes e concepções muito diferentes do magistério universitário correspondendo à resposta positiva ou negativa que se ofereça à pergunta, enquanto a expressão de surpresa já pressupõe o acordo sobre apenas uma delas. O pressuposto é de que as ofertas sejam irrecusáveis; contudo, uma vez questionado, vemos que as ofertas são também recusáveis. A pergunta, em sua simplicidade do sim ou do não, permite explicitar que as ricas ofertas podem ser aceitas ou recusadas, relativamente às atitudes e concepções que se tenha do magistério universitário.

Tornou-se, então, fácil responder à pergunta, sem qualquer surpresa: não, não é preciso ter coragem para recusar tais ofertas; pelo contrário, é preciso ter coragem para aceitá-las. Ficou-me claro que é preciso ter muita coragem para abrir mão da pesquisa ao aceitar as ricas ofertas.

Mas não estaríamos, com a recusa, adentrando uma forma exacerbada de elitismo — ainda mais, em um país de injustiçados? Aparentemente, sim, uma vez que o magistério universitário não se resume à pesquisa, mas abrange também as atividades de ensino e de extensão. Seria legítimo, pois, que um professor tivesse como projeto pessoal mais o ensino e a montagem de cursos, regulares e de extensão, e menos a pesquisa. Ainda que não creia ser possível oferecer boas aulas e bons cursos na ausência de pesquisa prévia, há, todavia, uma dificuldade mais grave, porque insidiosa: o sucesso das aulas e dos cursos junto

aos alunos e às instituições torna-se medida absoluta de sua qualidade. Ao fundar no sucesso a qualidade, estaremos operando a inversão ideológica da qualidade em quantidade — podendo justificar, para nossa consciência, já apaziguada, a aceitação das ricas ofertas de suplementação salarial.

Parece-me haver uma diferença de natureza entre a **preparação** de aulas e cursos, e a **pesquisa**. É possível preparar bons cursos e ministrar boas aulas sem que se passe, necessariamente, pela pesquisa: para tanto, além de bom desempenho didático, basta ter competência bibliográfica e razoável erudição, ou melhor, já ter exercido, em algum momento e de alguma maneira, a própria pesquisa. Esta última, por sua vez, — como bem o sabem aqueles que alguma vez já pesquisaram — implica um componente de criação e de descoberta que não se limita à competência bibliográfica e à erudição; tornam-se necessárias a concentração intelectual e toda a disponibilidade para enfrentar o que nos é desconhecido, e que procuramos sem nunca

termos visto. O ideal de uma boa universidade seria, está claro, equilibrar ensino e pesquisa, de tal maneira que a preparação dos cursos tivesse como finalidade a apresentação dos resultados originais da pesquisa. É preciso admitir, contudo — o que, aliás, é bastante natural — que nem sempre bons pesquisadores são bons professores, e vice-versa. De qualquer maneira, ainda que complementares, são atividades diferentes, comportando atitudes pessoais, métodos e procedimentos próprios.

Todavia, aulas e cursos bem sucedidos junto aos alunos e, conseqüentemente, junto às instituições, não são necessariamente de boa qualidade. A mediocridade, sabemos, permeia o sucesso, assim como a ignorância, o falso saber. A **divulgação** do saber é importante e desejável, mas não deve ser assimilada à **formação** intelectual. Quem não for atento para essa diferença estará agindo como se fosse formador de saber, quando, na verdade, apenas o estará divulgando. O sucesso pode justificar a boa divulgação, mas não determinar sua qualidade para a formação. Ocorre que, ao falarmos de boas aulas e bons cursos na

universidade, não estamos aplicando, e não devemos aplicar, os critérios da divulgação do saber, mas, sim, os da formação intelectual — porque, caso contrário, a universidade perderia sua função crítica e criadora de conhecimentos. Ora, para bem formar, é necessário bem pesquisar — sendo possível, ainda, bem divulgar os resultados de uma pesquisa.

É preciso, pois, atentar para a inversão acima apontada, de natureza ideológica, que coloca o sucesso como critério de qualidade para a atividade docente na universidade.

Não seria inútil salientar, a esse respeito, que a mesma inversão já permeia nossas diversas universidades, federais e estaduais, assim como relembrar que já estava presente no próprio programa de gestão da atual

reitoria da Unicamp. Por exemplo: é afirmado que a especialização da pesquisa em pós-graduação dificulta a atividade didática, uma vez que “A natural inclinação para a pesquisa leva a uma insuficiente preparação dos pós-graduandos para o ensino...” E, para eliminar os efeitos

perniciosos da “natural inclinação para a pesquisa” sobre o ensino, sugere-se que sejam ativadas linhas prioritárias de financiamento “e de maior apoio aos docentes com destacada contribuição didática, e aos departamentos com excepcional desempenho didático” (**A Universidade que queremos**, pg.17). Mais grave ainda, a mesma inversão permeia, também, os espíritos de nossos colegas docentes e, até, quicá, de seus jovens alunos. Ares da aridez dos tempos.

Assim é que, a meu ver, duas situações se entrelaçam: a má-consciência paralisante, que nos impede de lutar em causa própria, e, — mas... para compensar — o acúmulo de funções docentes, cuja legitimidade nos seria assegurada pelo sucesso dos cursos e das aulas. Como uma bola de neve, é a má-consciência que se vai acumulando até tornar-se avalanche: não apenas deixamos de nos defender, por sermos privilegiados, como também contribuimos para a socialização do conhecimento. Em palavras menos nobres, cumprimos penitência contra os pecados buscando — de contrapeso, pois não somos completamente maoquistas — salvação material pela di-

vulgação bem sucedida do saber.

Surge, assim, a figura do professor universitário “auleiro” — por força das circunstâncias e de sua má-consciência. E a universidade pública, gratuita e de qualidade, torna-se um grande cursinho, ou “cursão” preparatório de mão-de-obra barata e descartável, assim como centro assistencial de divulgação dietética, ou “light”, de conhecimentos, em um país de injustiçados... Eis um efeito da inversão ideológica.

Gostaria, finalmente, de acrescentar o seguinte: lutar contra o arrocho salarial equivale a defender as idéias de autonomia universitária e do saber como patrimônio público, e não privado. Autonomia, para que a universidade possa gerir a vida acadêmica, os projetos de ensino, pesquisa e extensão sem ver-se obrigada a dispersar seus docentes em atividades de subsistência material — levando-os a cumprir, em suas ações profissionais diárias, as normas ditadas pelo sistema neoliberal, ainda que de maneira encoberta pelos véus da má-consciência. Saber, como bem público, cuja posse individual não é um privilégio, mas, gera o dever de vir a ser partilhado socialmente; — o saber torna-se privilégio apenas quando supomos ser ele um bem privado, que podemos vender como qualquer outra mercadoria, e da qual temos exclusividade. Enfim, trata-se de lutar contra o arrocho salarial, para defender a autonomia de partilhar socialmente nosso saber dentro da universidade pública e gratuita, e evitar sua venda com fins lucrativos.

As escolas de nossos filhos, nossas eventuais viagens de férias, assim como nosso copo de vinho diário não são injustos privilégios — caso nosso saber seja considerado um dever social público. Creio que a injustiça está mais acima e mais abaixo — e essa metáfora espacial exprime bem a forma de injustiça em que vivemos mergulhados. É possível lutar contra ela, temos os instrumentos; talvez falte-nos, por vezes, alguma lucidez — ou o tempo e a concentração intelectual suficientes para amadurecer nossas próprias idéias.

***Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

Dedico esse texto àqueles colegas que, em várias conversas, tiveram lucidez e coragem para explicitar as idéias aí comentadas. Eles se reconhecerão. Dirijo-o àqueles que não o fizeram, ou que não poderiam fazê-lo, assim como àqueles com quem não conversei, mas que também não o fariam ou não poderiam tê-lo feito. Eles se reconhecerão.

Debate

Contra o imobilismo no movimento docente

José Ricardo Figueiredo*

O manifesto “Em defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho” é um documento muito importante. Denuncia o aviltamento da democracia política pelo abuso das medidas provisórias, pela compra de votos e pela força da mídia oligopolística. Ataca os empecilhos ao desenvolvimento econômico e social impostos pelo FMI e suas conseqüências: o agravamento do desemprego, a desestruturação social e urbana, a desnacionalização econômica e cultural. Defende com ênfase a universidade pública e os investimentos em ciência e tecnologia.

Assinam este documento os partidos da Frente Democrática e Popular - PT, PCdoB, PSB, PDT e PCB, além de diversas entidades representativas da sociedade civil, que incluíam a Diretoria do nosso Sindicato Nacional, a Andes.

Dado que os docentes, enquanto cidadãos, são eleitores potenciais de quaisquer partidos, pode-se colocar em questão se é correto associar o movimento docente a um manifesto de partidos de esquerda. Tal como a Diretoria da Andes, acredito que sim.

Todos sabemos que a política econômica recessiva e as isenções de impostos têm comprimido a arrecadação fiscal, e que os altos juros vêm absorvendo os recursos de que tanto carecem as áreas de educação, ciência e tecnologia, saúde etc.

Estamos também cansados de saber que a ideologia do estado mínimo e do mercado máximo busca suprimir os direitos dos trabalhadores, e dos servidores públicos em particular.

É altamente positivo, para os docentes, que os partidos de esquerda tenham feito este oportuno chamamento patriótico. O lamentável é que os demais partidos, por defenderem a atual política, não possam assinar um documento que igualmente responda aos anseios dos docentes.

A oposição à atual Diretoria, majoritária no último Congresso da Andes (Juiz de Fora, fevereiro de 2000), ali derrotou a proposta de que nosso Sindicato Nacional continue a promover o manifesto. Evidentemente, uma boa notícia para o governo. Entretanto, esta oposição na ANDES declara-se de esquerda, e faz questão de mostrar-se à esquerda da atual Diretoria. Opôs-se ao manifesto alegando as se-

guintes razões: O manifesto “repete a conversa da Rede Globo” de que a história do Brasil completa agora quinhentos anos, “esquecendo a história dos índios”. O manifesto fala que temos unidade lingüística, “esquecendo as cento e cinquenta e tantas línguas indígenas”. O manifesto fala em retomada do crescimento, mas “crescimento capitalista nós não queremos”. O manifesto, e este é seu pecado maior, “é assinado por partidos burgueses, como o PDT e o PSB”, evocando o “velho discurso da aliança com a burguesia”.

Talvez não valha a pena responder argumentos deste tipo, mas tentemos. Classicamente separa-se a história da pré-história pelo advento da escrita, daí a data de 1500, adotada pela historiografia muito antes da Rede Globo existir. As línguas indígenas, independentemente da relevância de sua preservação, restringem-se em seu conjunto a no máximo 0,2% da população brasileira, e, portanto, não desmentem nossa ampla unidade lingüística em torno do português. A enorme massa de desempregados no Brasil não concordará que se façam restrições a um possível futuro emprego em uma empresa capitalista. Quem está sinceramente empenhado em uma causa não recusa aliados.

Apesar do

infeliz resultado do Congresso da Andes, a Adunicamp tem autonomia para discutir esta questão. A Adunicamp poderia, ao menos, divulgar entre os docentes o importante manifesto.

Não foi só desta vez que o ultrasquerdismo verbal da oposição na Andes serviu ao neo-liberalismo. No Congresso passado (Fortaleza, fevereiro de 1999), a mesma oposição, também ali majoritária, excluiu do documento conclusivo as referências à soberania nacional.

Na questão da autonomia universitária repete-se o quadro. Alegando a auto-aplicabilidade do texto constitucional, a oposição vem impedindo a discussão de propostas concretas de regulamentação da autonomia universitária pelos docentes, inviabilizando a articulação de uma contraproposta sólida do diante das múltiplas iniciativas do Governo Federal.

Assim, o imobilismo, travestido em radicalismo de esquerda, vem atuando sistematicamente para atar as mãos da Diretoria da Andes em qualquer iniciativa que tome.

*Professor da FEM e ex-presidente da Adunicamp.

Debate

O nacional, o capital e o trabalho: uma síntese possível?

Edmundo Fernandes Dias*

O XIX Congresso do Andes-Sindicato Nacional teve um dos seus pontos de inflexão no debate sobre a Conjuntura Nacional e aí sobre um documento apresentado por alguns partidos (PT, PdoB, PDT, PSB), por sindicatos e por uma série de “personalidades” políticas, artísticas etc. Esse documento foi apresentado pela Diretoria do Sindicato que solicitava o apoio do Congresso para firmá-lo como entidade já que o seu Presidente em nome próprio já o havia feito. O debate desta questão foi bastante longo e após mais de dez horas de falas o Congresso o rejeitou por uma expressiva maioria de dois terços. Por que tanto debate?

O manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho convidava-nos a uma reflexão mais aprofundada do que uma simples adesão o permitiria. Ele envolve uma série de questões que vão do modo como se encara a política até a compreensão do que é o nacional.

O texto do manifesto apresenta uma concepção histórica revisionista. No afã de expressar uma frente ampla, o documento cai naquilo que as festas dos 500 anos afirmam: “Estamos completando 500 anos de jornada na história” (*sic*), “preservamos identidade comum que nenhuma outra nação contemporânea obteve em tão pouco tempo”, “guardamos as mesmas tradições” etc etc. Qualquer estudante de Ciências Sociais poderia demonstrar os equívocos dessa concepção ufanista. Concepção — e prática — que recusa direito de cidadania a negros e índios transformados em mero apêndice da história dos brancos colonizadores. As mesmas tradições? Será mesmo? Ou será que as tradições dominantes — as dos colonizadores — apagaram as dos indígenas e dos negros? Isso para não falarmos da diversidade de nações negras e indígenas. Como vemos, o manifesto segue a linha das efemérides oficiais (de Greca a TV Globo). Somos nas Américas o único país que fala em descobrimento. Os

demais condenam a colonização. Intelectuais do porte de Noan Chomsky falam em 500 anos de conquista.

Esse reescrever o passado é, no entanto, uma necessidade para que se possa escrever o presente como uma continuidade sem diferenciação. Um presente sem contradições onde setores do Capital e do Trabalho harmonicamente possam lutar contra um inimigo externo: o neoliberalismo. Trata-se, sem dúvida alguma, de uma reedição da tese do “povo *versus*

manifesto tiram daí são preciosas: “O Presidente da República, isolado num Olimpo que se descontinui, governa de costas para os anseios da nação, indiferente aos reclamos da sociedade”. Aqui, novamente, o núcleo da questão se faz presente. Nação e sociedade são tomados como homogeneidades. Sem contradições. Dá no mesmo morar em baixo do Viaduto do Chá ou nos palacetes dos industriais. Essa indiferenciação, ao mesmo tempo em que permite um tom uni-

tas e congrega os capitais multinacionais por excelência.

Negociar ou não? Essa é uma pergunta-acusação retórica que serve de mote para a desqualificação do adversário. Negociar pressupõe clareza de proposta e definição de quem negocia e como o faz. Os movimentos sociais (mais recentemente o MST) demonstraram que enquanto eles não se mobilizaram eram desconsiderados quando não reprimidos. Sua mobilização colocou a questão agrária na ordem do dia. Se tivessem se submetido ao puramente institucional (sem mobilização) essa questão estaria ou apagada ou postergada.

Uma última questão: como se deve entender o nacional. Podemos ver, pelo menos, duas maneiras de enfrentá-la. Ou pensamos o nacional em si mesmo com o correlato apagamento das diferenças e das contradições, ou entendemos o nacional como articulação da vida e das práticas das classes sociais. A partir daí é necessário responder sobre a necessidade ou não da frente proposta pelo manifesto. Existem controvérsias fundadas sobre a capacidade da frente entendida a partir do nacional deslocado das classes sociais. O que se coloca, no entanto, como inquestionável, do nosso ponto de vista, é a articulação da maioria da população (com sua diversidade) na construção de um movimento que mobilize a população e que a faça debater o conjunto dos seus problemas. Debater e agir para sua resolução. Não é mais possível delegar a alguns o monopólio da verdade. No debate congressual essa questão era clara. Aos que defendiam a rejeição do documento, entre outras coisas, foi feita a acusação de serem “travestis de revolucionários”. É essa a democracia e a liberdade que se pretende?

Somos nas Américas o único país que fala em descobrimento. Os demais condenam a colonização. Intelectuais do porte de Noan Chomsky falam em 500 anos de conquista.

antipovo” defendida pelos “progressistas” até 1964. Naquele momento o discurso era uma luta entre o nacional (trabalho e burguesia progressista) contra o estrangeiro (capital financeiro) que tinha como aliado o latifúndio. Essa tese não resistiu ao primeiro embate. A contrarrevolução preventiva de 64 colocou os pingos nos iis. Ao invés de lutar ao lado do povo, a burguesia reprimiu-o e refundou, em escala ampliada, o capitalismo e o estado. A tese da conciliação foi negada na prática e os duros anos da ditadura já deveriam ter ensinado essa lição. Parece que não!

Para melhor apresentar a proposta modernizada de conciliação, faz-se no documento uma análise sobre o neoliberalismo que, *grosso modo*, poderia ser mais ou menos aceitável. Mas, ao mesmo tempo, o documento faz considerações sobre o caráter da política brasileira que o desqualifica como documento-proposta de intervenção na luta social. Os interesses de classe dos dominantes são vistos como “irresponsabilidade das elites ... indiferença ... passividade perante a miséria e a corrupção”. O que é projeto classista transforma-se em “culpa”. As conclusões que os propositores do

tário na fala, recusa a possibilidade de mobilização social. Os mesmos que condenam o MST, por exemplo, são identificados com os condenados, os que demitem com os demitidos. Essa proposta traz embutida, portanto, um apagamento dos direitos das maiorias. Cidadania é frase feita para ser usada nas comemorações em Porto Seguro... desde que o MST, os negros e os índios não estejam presentes.

Estamos diante de uma proposta de plataforma mínima, dizem os autores do manifesto. Uma proposta centrada na intervenção conjunta do Capital e do Trabalho em defesa da democracia e do Brasil. Proposta que resume muitas das decisões políticas de vários partidos e sindicatos mas as subordinam à uma concepção de política que nega, no fundamental, a possibilidade de mobilização popular. Proposta que traz em si mesmo contradições como rejeitar a ALCA e defender o Mercosul. Se isso atende a setores do Capital, entra em choque com os interesses dos trabalhadores. A CUT teve que enfrentar dura luta para tentar incluir direitos dos trabalhadores nas cláusulas do Mercosul. Sem falarmos de que o Mercosul representa a unificação das políticas anti-trabalhis-

*Professor aposentado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.